



# Anais da Assembléia

Nº 48

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 1989

ANO XV

Atos da Presidência:

## RESOLUÇÃO Nº 014/89

DATA: 06.06.89.

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Cruzeiro do Sul e Palmeira, em data 31/05 e 07/04, do corrente ano, respectivamente, objetivando o primeiro desenvolver programa regional de combate à formiga e ampliar o viveiro municipal de mudas de café e essências florestais, e o segundo a promover ações de integração e aperfeiçoamento do jovem do campo. (Mensagem do Poder Executivo n. 82/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Cruzeiro do Sul e Palmeira, em data de 31 de maio e 07 de abril do corrente ano, respectivamente, objetivando o primeiro desenvolver programa regional de combate à formiga e ampliar o viveiro municipal de mudas de café e essências florestais, e o segundo a promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do jovem do campo.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.06.89.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 015/89

DATA: 06.06.89

SÚMULA: Aprovam os Convênios celebrados em 14 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas. (Mensagem do Poder Executivo n. 94/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios celebrados em 14 de dezembro de 1987, entre o Estado do Paraná, através da Se-

taria de Estado do Trabalho e da Ação Social, e os Municípios de Campina da Lagoa, Iguaraçu, Janiópolis, Mandaguari, São Carlos do Ivaí, Tapira e Telêmaco Borba, objetivando a implantação do Projeto de Processamento de Hidrossolúveis - Leite de Soja e Sopas Cremosas.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro" em 06.06.89.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 016/89

DATA: 06.06.89

SÚMULA: Aprova os termos aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, e o Ministério da Agricultura e Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, com os objetivos que especificam. (Mensagem do Poder Executivo n. 83/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, referentes a:

- 5º Termo Aditivo, de 09.05.88, visando execução do teste de progênie em bovinos leiteiros no Estado do Paraná;

- 16º Termo Aditivo, de 25.04.88, visando a execução dos serviços de classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para o mercado interno;

- 17º Termo Aditivo, de 25.04.88, visando a execução de pesquisas sobre o mercado agrícola;

- 23º Termo Aditivo, de 12.05.88, visando a execução do Programa desenvolvido pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 06.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

## RESOLUÇÃO Nº 017/89

DATA: 06.06.89

SÚMULA: Aprovam os Convênios, datados de 18 de julho do corrente ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através da

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros na região metropolitana de Curitiba, com vistas a propiciar energia elétrica a beneficiamento de baixa renda, através dos serviços da COPEL, nos moldes da Campanha de Ligação de Consumidores - CLIC URBANO. (Mensagem do Poder Executivo n. 93/88).

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovados os Convênios, datados de 18 de julho do corrente ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e os Municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Colombo, Contenda, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul, e São José dos Pinhais, objetivando a aplicação de recursos financeiros na região metropolitana de Curitiba, com vistas a propiciar energia elétrica a beneficiamento de baixa renda, através dos serviços da COPEL, nos moldes da Campanha de Ligação de Consumidores - CLIC URBANO:

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", 06.06.89.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1.989  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Pirajá Ferreira e Algaci Túlio.

As quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José

Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Milton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela (46). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Gernote Kirinus, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Quielse Crisóstomo e Vera Agibert (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O Senhor 1º Secretário lerá o expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Eu gostaria de pedir a atenção do Plenário.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Eu solicito às pessoas estranhas ao Plenário que se retirem, por gentileza.

Solicito aos Senhores Deputados que tomem assento em suas bancadas, para o normal prosseguimento dos nossos trabalhos, está com a palavra o 1º Secretário, Deputado Pirajá Ferreira.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n. DTL/SAT-76/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n. 80/89, por julgar a parte vetada contrária aos interesses do Estado. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/SAT-78/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO TOTALMENTE o Projeto de Lei n. 324/88, por julgá-lo contrário aos interesses do Estado. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT-69,70, 71,72, 73,

Curitiba, quarta, em 07.06.89

74, 75 e 77/89, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei ns.

042/89 - De autoria do Poder Executivo, que concede ao pintor CZESLAU LEWANDOWSKI, uma pensão mensal a 2,2 (dois virgula dois) salários-mínimos de referência, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.987. **Anote-se - Arquite-se.**

217/88 - De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Nova Esperança - ASSERNE, em Nova Esperança - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.988. **Anote-se - Arquite-se.**

224/88 - De autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita ALLAN KARDEC, com sede e foro no Município de Mariluz - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.989. **Anote-se - Arquite-se.**

230/88 - De autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a Fundação Luterana de Assistência Social, em Curitiba - Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.990. **Anote-se - Arquite-se.**

246/88 - De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.991. **Anote-se - Arquite-se.**

249/88 - De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaratuba - APAE, com sede e foro na cidade de Guaratuba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.992. **Anote-se - Arquite-se.**

Lei Complementar n. 58/89 - De autoria do Poder Executivo, que dispõe que os percentuais mencionados no artigo 5º e no § 2º, do artigo 10 da Lei Complementar n. 1, de 02.08.72, passam para 90% do salário mínimo que lhe serve de base, o qual convertido em Lei Complementar tomou o n. 45. **Anote-se - Arquite-se.**

090/89 - De autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao art. 1º da Lei n. 7.047, de 21.11.78, alterado pela Lei n. 8.066, de 26.12.84, para fixar em 17.492 policiais-militares o efetivo da Polícia Militar do Estado, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.994. **Anote-se - Arquite-se.**

Ofício n. 26/89

Curitiba, 07 de junho de 1989.  
Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para comunicar a Vossa Excelência que a Bancada do PMDB, em reunião realizada dia 06 próximo passado, determinou em votação unânime que fosse o Deputado Lindolfo Júnior desligado da ban-

cada peemedebista desta Assembléia Legislativa.

Determinou ainda que fosse o Deputado Lindolfo Júnior, substituído em todas as Comissões Permanentes da Casa, das quais faça parte e da Comissão Constitucional da Assembléia Constituinte Estadual.

Em anexo, encaminhamos "xerox" da proposição de Bancada, devidamente assinada pelos Parlamentares que a compõem.

Na certeza do pronto acatamento de Vossa Excelência a esta determinação da Bancada do PMDB, reitero-lhe as expressões de meu elevado apreço.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Os Deputados que o presente subscrevem, representando a unanimidade da Bancada do PMDB, resolveram que a partir desta data, seja o Deputado Lindolfo Júnior, desligado da Bancada do PMDB, bem como substituído em todas as Comissões Permanentes da Assembléia e das Comissões da Assembléia Constituinte Estadual, e que deste manifesto seja dado ciência à Executiva da Casa.

(aa) Lauro Lobo Alcantara, Anibal Khury, Artagão Mattos Leão, Antônio Annibelli, Tadeu Lúcio Machado, Acyr Mezzadri, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Sabino Campos, Neivo Beraldin, Quielse Crisóstomo, Djalma de Almeida César, Gernote Kirinus, Dirceu Manfrinato, José Afonso Júnior, Cândido Bastos, Pirajá Ferreira, Homero Oguido, Eduardo Baggio, Caíto Quintana.

REQUERIMENTO N° 1121

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, seja considerado o Deputado Hermas Brandão, para todos os efeitos, integrantes do Bloco Democrático Liberal Cristão Trabalhista.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(aa) Hermas Brandão, Ezequias Losso, Edmar Luiz Costa, José Alves.

REQUERIMENTO N° 1123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem por meio deste dar ciência a Vossa Excelência e aos demais membros desta Casa do seu desligamento do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - P.M.D.B.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1124

Senhor Presidente.

Venho através desta, comunicar-lhe que não mais pertenço à Bancada do PMDB, incorporando-me à bancada independente até

que filie-me em outra agremiação partidária.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) PAULO FURIATTI

#### REQUERIMENTO N° 1115

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, Regime de Urgência para os Projetos de Leis ns. 87/89 e 94/89, ambos de sua autoria, e ambos declarando entidades de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, em 07.06.89

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO N° 1126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja cancelado o Regime de Urgência e retirado por 3 sessões, o Projeto de Lei n. 45/89, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

#### REQUERIMENTO N° 1114

Senhor presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário Reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 121/86, que cria o Município de Ibema.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO N° 1106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, "Voto de Profundo Pesar", pelo passamento do Senhor JOÃO PUPO NETO, aos 77 anos, ocorrido na Cidade de Imbituva, em data de junho em curso.

O extinto era casado com Dona Eleonora Sheidt Pupo, pai do Senhor Prefeito Municipal de Imbituva, Edison Pupo e deixa os seguintes filhos: Eros Pupo, Edson Pupo e Elton, além de netos.

Dedicado às atividades agropecuárias, ramo no qual gozava do mais elevado conceito, o Senhor João Pupo integrava uma das mais tradicionais famílias do Município e deixa entre os que com ele tiveram o privilégio de conviver, o exemplo de dignidade e honradez com que sempre pautou a sua vida.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Imbituva

- Imbituva - PR. - CEP. 84.430.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 1110

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, da Senhora EMA MAZZALOTI CARDOSO, ocorrido na Cidade de Palmas, em 25.05.89.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Aos 79 anos de idade faleceu, na cidade de Palmas, a Senhora EMA MAZZALOTI CARDOSO, viúva de Hercílio Loureiro Cardoso.

A extinta que deixou 4 filhos, 21 netos e 6 bisnetos, era membro de tradicional família da cidade de Palmas.

A passamento da Senhora Ema, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muitos mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Ema.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mazzaloti Cardoso, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO N° 1113

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata, de Votos de Congratulações ao Advogado paranaense Dr. Heron Arzua.

O Dr. Heron Arzua apresentará um trabalho sobre "Os Impostos na Constituição Brasileira de 1988", no 43º Congresso da International Fiscal Association que, este ano, será realizado no Rio de Janeiro, de 10 a 15 de setembro. Este trabalho foi solicitado pela Academia Brasileira de Direito Tributário e será apresentado somente para os estrangeiros, cerca de 750, que participarão do evento.

Heron Arzua esteve, há poucos dias, em São Paulo para receber o título de membro da Academia Brasileira de Direito Tributário, o qual existe, há dois anos, conta com 40 cadeiras e tem como propósito reunir estudiosos sobre matérias tributárias

da América Latina, Portugal e Espanha.

Formada, basicamente, por juristas de São Paulo, em virtude de estarem naquele Estado as grandes escolas e correntes de estudos tributários, a Academia, presidida pelo Prof. Djalma de Campos, este ano, resolveu completar suas cadeiras com membros de outras localidades. Assim, ingressou o paranaense Heron Arzua.

Vale destacar os critérios adotados pela Academia para escolha de membros, que conta com uma comissão científica que elege os tributaristas pelos trabalhos publicados, conferências e palestras proferidas em nível nacional, enfim, pela projeção na área da tributação.

Desta forma, o Poder Legislativo sente-se grato ao cumprimentar mais um brilhante paranaense que é alvo de escolha nacional, num campo da mais elevada importância e distinção.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 1118

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal "O Comércio" de União da Vitória pela passagem do seu 68° aniversário de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao jornalista Ivo Dolinski, Diretor daquele semanário para que receba e cumprimente todos os colegas de trabalho em nome do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Jornal "O Comércio" é uma empresa jornalística, fruto da visão dos nossos homens de imprensa, e do serviço de qualidade. Desenvolve trabalho pioneiro principalmente na região de União da Vitória e Porto União, dando cobertura a toda a comunidade dos municípios pertencentes à AM-SULPAR.

O "Comércio" tão bem conduzido pelo jornalista Ivo Dolinski, é uma prova de que para crescer e ser forte a receita infalível é: Trabalho e Competência. Esse semanário que completa 68 anos de existência, como todos os empreendimentos e projetos desenvolvidos, enfrentam crises e desafios em face das próprias condições brasileiras. Muitos não resistiram, ficaram pelo caminho do tempo, esmagados pelos problemas conjunturais agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa. Outros triunfaram, é o caso do jornal "O Comércio".

É indubitável - segundo o acompanha-

mento que temos feito diuturnamente, seu sucesso está ligado à obstinada dedicação e trabalho desse incansável jornalista Ivo Dolinski, integrando-se sempre na atividade dos que realmente prestam serviços, à comunidade.

Por isso, é de todo justo este reconhecimento do Legislativo do Paraná, como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência.

#### REQUERIMENTO N° 1119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de mensagem de Congratulações ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Appoloni Newmann, Prefeito Municipal e Excelentíssimo Senhor Vereador Ennes Mendes da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, pela passagem do setuagésimo quinto aniversário daquele Município, a ser comemorado em 10 de junho.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo, indiscutivelmente, a segunda força turística a nível nacional, Foz do Iguaçu, desde a lenda da bela Índia Naipi, que deu origem às famosas cataratas, até Itaipu, marco I na geração de energia elétrica a nível nacional e mundial, comemora seus 75 anos de existência. Cidade com tantas peculiaridades, acolhe turistas de todas as partes do mundo e lhes oferece o espetáculo dos espetáculos com as imponentes e majestosas cataratas, cuja beleza empolga e emociona. É, sem dúvida, um momento de festa e júbilo para todos nós, paranaenses, podermos dizer do fundo do coração: Parabéns Foz do Iguaçu!

#### REQUERIMENTO N° 1125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de congratulações pela posse da nova Diretoria da Sociedade Consular do Estado do Paraná, na pessoa de seu presidente, o Excelentíssimo Senhor Cônsul do Senegal, OZEIL MOURA DOS SANTOS.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Consular do Estado do Paraná, entidade que congrega os representantes diplomáticos em nosso Estado, acaba de eleger e empossar sua nova Diretoria.

Trata-se de um fato que merece registro, por se tratar de uma sociedade que reúne representantes de países amigos e

que muito fazem para estreitar os laços de amizade entre os paranaenses e os povos das mais diversas partes do mundo.

Exatamente por isso, é oportuno que esta Assembléia manifeste suas congratulações aos membros da Sociedade Consular do Estado do Paraná e, em especial, à Diretoria que vai estar à frente de suas atividades, no biênio 89/91.

#### REQUERIMENTO N° 1116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, voto de louvor ao paranaense Dr. GABRIEL PIRES NETO, pela sua eleição para Presidente da Associação Brasileira de Mercadorias e Cereais (ABM).

Deste requerimento, pede que seja dada ciência ao homenageado, à R. Desembargador Isaias Bevilacqua, 895 - Bairro Mercês, CEP 80.410.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Obtendo unanimidade de votos, entre os presentes, o paranaense Dr. GABRIEL PIRES NETO, Presidente da Bolsa de Mercadorias do Paraná, foi eleito Presidente da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MERCADORIAS E CEREAIS (ABM), no Hotel Nacional em Brasília, dia 29 de maio.

A nova diretoria da ABM, tomará posse dia 28 do corrente mês em Brasília.

Com esta eleição, Dr. Gabriel Pires Neto, eleva o nome do povo paranaense a nível nacional.

#### REQUERIMENTO N° 1111

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja marcada para o dia 28 de junho de 1989, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania Paranaense ao Excelentíssimo Senhor Benedito Rodrigues dos Santos.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO N° 1107

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente às autoridades acima mencionadas, a construção da ponte sobre o rio Xambrê na estrada que liga a BR-272 no Município de Francisco Alves ao Distrito de Nilza, no Município de Iporã, conforme solicitação da Câmara Municipal de Iporã, em atendimento ao requerimento do Vereador DORIVAL PASSARELLA, daquele Município, em anexo.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ANTÔNIO BARBARA

#### JUSTIFICATIVA:

O Vereador DORIVAL PASSARELLA, demonstra em seu requerimento, o desespero da população residente naquela região, quando pede a intervenção de todos os Deputados Federais e Estaduais para a solução definitiva quanto a construção da ponte sobre o Rio Xambrê, na estrada denominada Yara, e que liga os dois municípios e que irá beneficiar uma região essencialmente agrícola.

O Vereador demonstra em seu requerimento, os prejuízos que sofrerá a região com o perigo de desabamento da ponte existente naquele local, se continuar o tráfego de veículos pesados, pois não existe outra saída para o escoamento das safras, sendo obrigatório o tráfego naquela estrada.

#### REQUERIMENTO N° 1112

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, abaixo subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial deste Poder, à FUNDEPAR, gestionando por reparos na Escola Estadual Roberto Langer Júnior.

A escola supra citada está localizada no bairro do Jardim Castelo Branco, nesta Capital, à Rua Pastor Antônio Polito, s/n e tem grande parte das suas instalações comprometidas pela ação do tempo e da falta de reparos.

Esta Casa já encaminhou expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando acolhida a uma série de problemas da escola, como por exemplo, a imediata retomada das obras de construção de duas novas salas de aula.

Outra questão pendente, no entanto, é a situação das cercas em volta do estabelecimento, que estão, literalmente, despençando. Hoje, elas não mais protegem a escola, tampouco impedem a entrada de elementos estranhos que, porventura, venham perturbar a ordem e rotina escolares.

Diante do exposto, e confiantes na sensibilidade da FUNDEPAR quanto à questão, temos certeza de que providências serão, imediatamente, tomadas, objetivando melhorias nas condições de funcionamento daquele estabelecimento de ensino.

Que do teor do presente dê-se ciência à Direção da Escola e à Associação de Pais e Mestres.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 1122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,



REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do debate realizado pelo Bloco Parlamentar Agropecuário, em reunião realizada dia 06.06.89 para discutir a importação de carne suína da Finlândia.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 029/89

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1° - O gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal a que tem direito o servidor público dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Tribunal de Contas, das Autarquias Estaduais e do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de acordo com o que dispõe os artigos 7, item XVI, e 39, § 2° da Constituição da República Federativa do Brasil, deverá ser pago no mês anterior ao mês em que o servidor público entrar em gozo de férias, coincidindo com o dia de seu pagamento.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ANTONIO BÁRBARA

#### JUSTIFICATIVA:

Os artigos 7° item XVI e 39, § 2° da Constituição da República Federativa do Brasil (Capítulo II - DOS DIREITOS SOCIAIS e Seção II - DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS), determina o pagamento do gozo de férias remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, e gozam deste direito todo o trabalhador e o servidor público que tiveram suas férias vencidas a partir do dia 05 de outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição. Acontece que um grande número de servidores não estão recebendo ou fazendo jus a este direito que lhe é outorgado pela Constituição, sendo que o servidor celetista tem medo de reivindicar este direito, e ser dispensado pelo seu diretor de repartição.

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 136/89

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Artigo 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores Damferi", com sede no Jardim Damasco e foro na cidade de Campo Mourão.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores DAMFERI congrega todos os moradores dos Jardins Fernandes, Damasco e Ipê, situados no Município de Campo Mourão, que venham se integrar à Associação, apoiando as suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos.

Sociedade civil, sem fins lucrativos, político-apartidária, autônoma em suas decisões, a associação supra mencionada dedica-se desde a sua fundação, 22 de junho de 1986, a estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores dos 3 jardins que a constituem, no sentido do desenvolvimento e conquistas na condição de vida dos mesmos e da comunidade como um todo.

Reconhecê-la como de Utilidade Pública, implica intrinsecamente, em reconhecer o próprio espírito de fraternidade e co-operativismo como útil para o alcance de uma sociedade melhor organizada, ciente de seus direitos e comprometida com seus deveres.

Longe de ser apenas mais uma entidade cartorial, a Associação de Moradores DAMFERI tem realizado, na prática, um trabalho exemplar, na verdade sem precedentes na região onde atua.

Considerando-se o exposto, temos a certeza de que nossos nobres Pares nesta Casa, homens cientes da importância da organização popular, somarão conosco nesta iniciativa.

PROJETO DE LEI N° 137/89

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1° - Fica revogada a Lei n° 8.682 de 30 de dezembro de 1987.

Art. 2° - A Escola de Música e Belas Artes do Paraná passa a denominar-se Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná e a Faculdade de Educação Musical do Paraná passa-se a denominar-se Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, entidades fundacionais com personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa, financeira e técnica, com sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná e finalidade de acordo com os respectivos regimentos.

Art. 3° - O patrimônio da Fundação Escola de Música e Belas Artes do Paraná e da Fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná será constituído por:

a) bens móveis ou imóveis e direitos

que lhes forem destinados em caráter definitivo por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;

b) doações, heranças ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Parágrafo Único - O patrimônio inicial das duas fundações será constituído pelos bens móveis das cargas patrimoniais em uso pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná, e da Faculdade de Educação Musical do Paraná, na situação anterior à vigência da Lei nº 8.682/87.

Art. 4º - Constituem receitas de ambas as fundações, criadas por esta lei, além dos recursos e rendas provenientes dos seus patrimônios:

I - dotações consignadas no orçamento do Estado, ou de outras entidades públicas;

II - doações, legados, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas e pessoas físicas e jurídicas;

III - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos;

IV - taxas e emolumentos escolares;

V - receitas resultantes da prestação de serviços e outras receitas operacionais;

VI - rendas de aplicações financeiras;

VII - saldos orçamentários e extra-orçamentários de entidades ou programas que venham a integrá-las;

VIII - recursos de outras origens e rendas eventuais.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta lei, os procedimentos e providências necessárias à sua execução.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.89.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Constata-se na exposição de motivos da Mensagem Governamental que tramitou por esta Casa e culminou com a sanção da Lei nº 8682, a justificativa calcada na duplicidade de cursos, objetivos e finalidades das Escolas de Música e Belas Artes do Paraná com a Faculdade de Educação Musical do Paraná.

Porém, no decorrer da implantação da incorporação pretendida, verificou-se a inviabilidade de sua execução dada a não duplicidade de fins.

Advindo daí a necessidade da retomada da autonomia administrativa e didático-pedagógica de ambas as escolas, possibilitando cumprir seus papéis perante a sociedade, corpo docente e administrativo e a

comunidade acadêmica, preservando cada uma seus fins, objetivos e cursos.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Finda a leitura do expediente, dando prosseguimento à Sessão Ordinária, não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti que se inscreveu no Grande Expediente. Antes, porém, esta Presidência anuncia a presença do Sr. Ghassoub Rifai, Embaixador Extraordinário Plenipotenciário da República Árabe da Síria.  
(Está suspensa a sessão por cinco minutos)

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Está reaberta a sessão. Com a palavra, no Grande Expediente, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comparecemos à tribuna na tarde de hoje para, em nosso nome, em nome do Bloco Parlamentar Agropecuário, dos Deputados que o integram, falarmos acerca de um grave problema que está a ameaçar o nosso Estado e está a ameaçar a população brasileira como um todo.

Todos nós sabemos e esta Assembléia Legislativa foi palco e testemunha, ao longo dos dois últimos anos, da crise pela qual passou a nossa suinocultura paranaense e brasileira.

Não foram uma nem duas, mas foram várias as reuniões que neste Parlamento aconteceram, sob o patrocínio da Comissão de Agricultura, do Bloco Agropecuário, foram muitas as reuniões que em outros Estados fizemos, foram muitas as viagens que fizemos a Brasília em busca de soluções para os graves problemas que viviam os nossos suinocultores e que vivia a suinocultura como um todo no Estado do Paraná e no Brasil.

Hoje, para nossa tristeza, temos conhecimento e este assunto foi abordado na tarde de ontem em reunião do Bloco Agropecuário desta Casa, que o Brasil está importando, já tem liberado guias de importações para 18.769 toneladas de carne suína. Dezoito mil, setecentos e sessenta e nove toneladas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, representa bem mais do que toda a produção de um mês do setor suinícola deste Estado.

E o pior, Senhor Presidente, Senhores Deputados que esta importação que já está autorizada, ela está vindo sob a égide, sob o patrocínio de uma isenção de 30% dos impostos de importação.

Mas tudo bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se parássemos por aí nas 18.769 toneladas talvez não tivéssemos maiores consequências no futuro.



Mas é sabido pelos Parlamentares que participaram da reunião de ontem, é sabido pelas entidades ligadas ao setor suinícola que está a existir a nível de país um movimento patrocinado pelas indústrias no setor, patrocinado também pela rede de supermercados, no sentido de que esta isenção de 30% que hoje existe nas importações de carnes de suínos, ela não cesse no dia 31 de maio como estava previsto anteriormente, mas que seja prorrogada não sabemos até quando.

Se parasse no dia 31, Senhor Presidente, Senhores Deputados, poderíamos, quem sabe também, ter paralisado, em termos de futuro, as importações de carnes de suínos, porque se essas importações não pararem, se continuarem importando carne de suíno, nós teremos já neste ano novamente o setor suinícola entrando para uma nova crise.

Nós que vivemos dias e dias aqui neste Poder acompanhando, ao longo dos dois últimos anos, a crise desse setor que fez com que mais da metade do nosso rebanho fosse eliminado, que mais da metade dos nossos produtores rurais que lidavam na suinocultura abandonassem essa atividade e agora quando eles começam a ter uma pequena reação no setor, recebendo preços melhores, recebendo preços justos, as importações acontecem sob o pretexto de que nós precisamos ter carne para o abastecimento.

Mas o Governo não se preocupou em fazer os estoques na hora certa, na hora dramática da suinocultura paranaense e brasileiro. O Governo não ouviu os reclamos da suinocultura deste Estado, as lideranças políticas, das lideranças classistas e não fez o estoque regulador que precisava.

Vem agora o Governo permitindo, sob o pretexto e sob o aspecto da necessidade de mantermos normal o abastecimento, autorizando sistematicamente importação de carne suína de diferentes países deste nosso mundo querido. Não teve o Governo a mesma preocupação com o abastecimento na época em que o produtor precisava que ele se preocupasse.

Nós somos a favor sim que o abastecimento seja normal, que o consumidor tenha acesso e condições de ter a sua mesa os produtos suinícolas por preços acessíveis e nas condições compatíveis com a sua renda familiar. Mas não podemos assistir calados, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que se importe carne de suínos de tantos lugares do mundo como essas 90 toneladas, como esses 90 mil quilos de carne de porco que estará chegando provavelmente na semana que vem em Paranaguá, vindos da Finlândia, país da comunidade européia, que esteve, como outros países, vitimada nos últimos tempos pela explosão nuclear

de Chernobyl.

Quem nos garante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esses 90 mil quilos de carne que chagaram aqui sob o pretexto de alimentar o povo paranaense não venha trazer enfermidades, não venha a trazer um câncer para o nosso povo porque a radioatividade, nós sabemos, provoca o câncer?

E quem nos prova, quem nos documenta que essa carne está isenta dos efeitos desta irradiação? Quem nos diz há quanto tempo esta carne está estocada? Quem nos diz que o milho que alimentou esses suínos e que foram transformados em carne não foram também atacados pelas irradiações de Chernobyl? Nada disso foi dito, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós já temos na Mesa deste Poder um requerimento no qual pedimos a inserção nos Anais da Casa e, por esta razão, não iremos ler o texto do documento que foi produzido pelo Bloco Agropecuário, e que está firmado por mais de 30 Senhores Parlamentares, e que retrata fielmente a situação da suinocultura hoje e a situação que estão querendo impingir na comunidade brasileira ao consumir produtos de origem duvidosa. Não somos contra que esses produtos, já autorizados, essas 18 mil toneladas, cheguem porque elas neste momento realmente irão atender uma necessidade de abastecimento. Somos contra a continuidade da isenção do imposto de importação, somos contra a liberação de novas importações e somos contra principalmente a internacionalização, a vinda para o Brasil, principalmente para o Paraná, de carne de origem duvidosa, quem sabe até, contaminadas por Chernobyl.

Concedo o aparte do Deputado Antônio Costenaro, posteriormente ao Deputado Eduardo Baggio e ao Deputado Nereu Carlos Massignan.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Deputado Orlando Pessuti, nós nos somamos a Vossa Excelência com os problemas que afligem a suinocultura paranaense, e não só a suinocultura, mas num todo a agricultura paranaense.

Vossa Excelência como líder do Bloco Parlamentar Agropecuário, tem desenvolvido nesta Casa um brilhante trabalho e que nos leva, a todos os momentos e a todos os convites que Vossa Excelência nos faz, a acompanhar de perto. Porque Vossa Excelência tem, realmente, se preocupado com os problemas que afligem a agricultura do Paraná. Não é diferente com a suinocultura e os demais produtos, a exemplo do que acontece com a soja hoje, a exemplo também do que acontece - posso dizer aqui - com a cana-de-açúcar e a exemplo do que tem

acontecido com tantos outros produtos em outros momentos.

A agricultura brasileira sofre o pesado drama da ingovernabilidade, ela sofre as conseqüências da incompetência do governo que não ouve as classes produtoras, que não acompanha e não estimula a produção, mas prega a propaganda de que é um país que produz muito, que é um país rico porque produz. É um país que através do sacrifício da agricultura, da agroindústria, faz o grande peso da balança comercial com outros países.

Portanto, Deputado Orlando Pessuti, neste momento o que mais pesa, realmente, é o crime que no meu entender, o governo pratica com suinocultores e até há pouco, como bem disse Vossa Excelência, não conseguiam tirar o que colocavam na boca do porco, não conseguiam tirar ao final de uma safra. Mas, agora que consegue ver uma luz, consegue uma oportunidade de se recompor das perdas das matrizes, do seu plantel de criame para sustentação do mercado interno e, naturalmente, para a sustentação da sua própria granja, do seu próprio trabalho, vem o Governador, no momento em que acende uma luz para esses produtores, vem o governo e lhes tira, não no varejo, no atacado esta pequena oportunidade. Porque, naturalmente, o próprio mercado interno, sem a interferência do governo, se hoje os preços estão um pouco elevados, naturalmente, o próprio mercado interno, com o aquecimento da produção, dentro de sessenta ou noventa dias, já estabilizaria. E, no entanto, o Governo Federal, faz importações, as quais Vossa Excelência com muita propriedade, colocou ontem no Bloco Parlamentar e vem colocar nesta tribuna, até em dúvida a questão de saúde, de sanidade desse produto. E na verdade colocando a população paranaense, a população brasileira sob o risco de estar importando produtos que o país produz com abundância, estar colocando no mercado produtos sujeitos ao mal da saúde pública.

Portanto, somamos com Vossa Excelência, nessas preocupações, e, naturalmente, precisamos nos unir a todos os parlamentares, aos homens públicos deste país para que este país crie um sistema de governo mais sério, mais justo para que a população produtora, possa produzir e trabalhar com segurança e tranqüilidade. Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço a Vossa Excelência e concedo aparte ao Deputado Eduardo Baggio.

O Sr. Eduardo Baggio - Prezado Deputado Orlando Pessuti, quero parabenizar Vossa Excelência pelo vosso pronunciamento onde Vossa Excelência coloca, com bastante

clareza, a situação da suinocultura do Estado do Paraná e porque não, também, brasileira, produtores estes sempre sofrendo nas mãos do Governo, Governo sempre importando na hora errada, no momento em que se tem uma produção suficiente para abastecer o mercado interno. Colocam-se importações - como disse o Deputado Antônio Costenaro, com sanidade duvidosa. Sempre importando na hora errada, quer carne suína, quer bovina, quer arroz, quer feijão, enfim, todos os produtos que o Governo brasileiro, dentro da incompetência daqueles que lá estão, colocam-se a importar produtos errados nas horas erradas.

Portanto, Deputado, é missão nossa alertar o Governo, estas pessoas que lá em cima muitas vezes desconhecendo o que é o trabalho do suinocultor, desconhecendo o que é uma agricultura, o que é uma agropecuária, tomam decisões erradas em horas erradas principalmente. É nosso dever alertá-los e fazer com que o Governo Federal e através, inclusive, da própria Secretaria de Agricultura, tome as devidas providências para que o suinocultor paranaense não seja mais uma vez penalizado com mais uma importação indevida de carne suína.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Deputado Eduardo Baggio.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Ilustre Deputado Orlando Pessuti, Vossa Excelência faz um entusiasmado discurso em defesa da suinocultura, e vem confirmar aquilo que já tinha a impressão e tinha a convicção de Vossa Excelência.

Vossa Excelência realmente é o "peso pesado" na defesa da suinocultura e da agricultura do Paraná. Associe-me a este angustiante problema da suinocultura e da agricultura do Paraná.

O Governo Federal, neste aspecto, perdeu a sensibilidade. Com ela perdeu a credibilidade. O Paraná não pode ficar silencioso com o que se fez com a suinocultura, onde as pesquisas genéticas, o aperfeiçoamento das matrizes, enfim, toda uma atividade produtiva, cujo Sudoeste neste aspecto tem dado uma demonstração, em passado recente, da sua pujança no trato com a suinocultura. É o que vejo hoje? Vejo granjas de tradição, campeões de exposições nacionais e internacionais na exposição de Estelito. A Granja Montagner de Dois Vizinhos foi campeã, e quantas vezes campeã em exposições estaduais ... Lembro-me aqui do João Pedro Ely, granjeiro, suinocultor, do Jamil Leal, do Antonio Guzzo. E de tantos e tantos criadores do Sudoeste do Paraná. E hoje eles carregam - e a pa-

lavra é pesada - o ódio, a omissão das autoridades neste aspecto.

Depois de destruir a suinocultura, o Governo agora procura o caminho do privilégio na importação da carne suína, com isenção de tributos. Esta isenção que se concede à importação, seria suficiente para reerguer a suinocultura, ou melhor dizendo, para não deixar morrer a suinocultura.

O Governo Federal, neste aspecto, apresentou um projeto, um plano de destruição da suinocultura.

Infelizmente a recuperação disto vai demorar, porque não acredito que no Governo Sarney consigamos algum aspecto positivo no trato do setor produtivo da suinocultura. Teremos que esperar.

Estas omissões do Governo fazem com que a injustiça que se cometeu se transforme numa rebeldia justificada.

Lembro-me que no Governo de João Elísio Ferraz de Campos, já quase no final, em janeiro de 1987, ele baixou um decreto proibindo que o café contaminado fosse descarregado no Estado do Paraná. Seria o caso, portanto, de tomarmos a mesma iniciativa agora. Será que esta carne está contaminada, ou não? Quem nos dá segurança da saúde dos paranaenses e dos brasileiros?

A vinda destes navios aos portos paranaenses é mais uma agressão a estas vítimas do setor produtivo da suinocultura.

Seria até justificável esse ato de rebeldia para que recebêssemos esses navios como protesto dos suinocultores, dos Parlamentares que se vêem indignados com isso, do Governo, da Secretaria de Agricultura, da Associação Paranaense dos Suinocultores e dos consumidores, mostrar que nós temos memória e aflorar de novo todo o nosso descontentamento com esta omissão do Governo, se assim se pode dizer, do Governo Sarney, que já se apresenta nos estertores do seu final de mandato, e que seja breve, para que possamos, assim, com um Governo legitimado, tentar votar de novo nesses homens que trabalham com a suinocultura a palavra "esperança" e voltar a este trabalho tão significativo para o Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o seu pronunciamento e concedo a palavra, em aparte, ao Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso - Nobre Deputado Orlando Pessuti.

Tivemos ontem, a oportunidade de comparecer à reunião do Bloco Agropecuário brilhantemente liderado por Vossa Excelência.

Ficamos realmente estarecidos, Senhor Deputado, diante das denúncias que foram

ali apresentadas, discutidas, expostas, inclusive, por Vossa Excelência.

A economia paranaense já, há longo tempo, tem sido prejudicada por decisões do Governo Federal, decisões que não vêm ao encontro das aspirações daqueles que estão se dedicando às atividades produtivas, empregando as suas energias em termos de trabalho, em termos de capital, para o desenvolvimento das atividades.

Solidarizamo-nos com Vossa Excelência neste pronunciamento, que vem colocar a público o que foi ontem analisado ali.

Esperamos, sinceramente, que as autoridades competentes adotem as providências que o caso requer, não apenas para evitar um problema de saúde pública no Estado do Paraná, mas, também, para proporcionar àqueles que estão dedicando à atividade produtiva na suinocultura um retorno aguardado para que assim venham a ter condições para o prosseguimento de suas atividades, enfim, para a manutenção das suas famílias que dependem dos resultados econômicos das comercializações que estarão prejudicadas com as importações previstas.

Fica, portanto, a nossa solidariedade a esse pronunciamento, a esta posição que Vossa Excelência, já há longa data, vem mantendo, inclusive debatendo esta questão da suinocultura com o próprio Ministro da Agricultura, como pudemos observar na oportunidade em Brasília.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço da mesma forma o aparte que Vossa Excelência oferece ao nosso pronunciamento e colhemos do momento, para mais uma vez, Deputado Ezequias Losso, cumprimentá-lo pela sua atuação neste Parlamento, principalmente no dia de hoje em que Vossa Excelência completa mais um ano de vida. Meus agradecimentos e parabéns pelo aniversário que hoje transcorre!

Concedo a palavra em aparte, também, ao Deputado Paulino José Delazeri.

O Sr. Paulino José Delazeri - Apenas, nobre Deputado Orlando Pessuti, para registrar a nossa satisfação em vê-lo na tribuna da Assembleia Legislativa defendendo tão importante segmento da economia e da agricultura do Estado do Paraná, e dizer, nobre Deputado, que o que podemos, fazer infelizmente, neste momento, é lamentar a irresponsabilidade permanente do Governo em relação aos setores que trabalham e produzem neste País.

Vossa Excelência, bem como o Presidente da Associação dos Suinocultores, nosso companheiro Aranha, que aqui se encontra sabem que essas crises, são frutos da irresponsabilidade do planejamento da atividade da suinocultura por parte do Governo. Os ciclos se repetem permanentemente, e

agora nós vemos que quando um setor começa a recuperar parte das perdas que teve num passado muito recente, no ciclo depressivo da suinocultura, o Governo vem e toma essa atitude antiprodutor, antibrasil, antiparaná. E quero dizer, nobre Deputado, o que me preocupa mais, porque nós já vemos no Oeste do Paraná, principalmente, que é um grande produtor de suínos, é o início do novo ciclo de expansão da produção da suinocultura, sem nenhum planejamento e sem nenhuma orientação por parte do Governo, sem nenhum zoneamento de produção agropecuária no Paraná ou no Brasil. E nós vamos ter num breve tempo, Deputado Orlando Pessuti, uma nova crise de superprodução na área da suinocultura, porque o Governo não estabelece padrões, não diz e não faz nas épocas oportunas o estoque regulador, que se tivesse feito, como Vossa Excelência disse, hoje, nem a Saúde e nem os dólares, conseguidos a peso de ouro, o Brasil não teria que exportar, para importar carne de suínos.

Por isso, nobre Deputado, oportuno seu pronunciamento. O nosso voto, o nosso esforço, a nossa solidariedade a esta sua posição em defesa dos que nada mais querem do que produzir e trabalhar, apesar deste Governo que aí está.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós agradecemos o aparte de Vossa Excelência, e lembramos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Assembléia Legislativa, através do Bloco Agropecuário, cumpre com a sua obrigação de denunciar, aquilo que de errado se apresenta no setor da agropecuária deste País.

Principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com referência a estas importações de carne e especificamente, dessa que vem da Finlândia, e quem sabe até de outros países que foram vitimados pelas irradiações de Chernobyl. Não poderíamos de maneira alguma, deixar de denunciar esses fatos, principalmente porque estamos vivendo a semana do meio ambiente.

Nós estamos comemorando a semana internacional do meio ambiente, e nós não poderíamos deixar passar sem denunciarmos o que vem acontecendo no mundo, o que vem acontecendo especificamente no Brasil no que diz respeito ao setor produtivo do meio rural, e neste caso a suinocultura.

Concedo a palavra ao Deputado Lauro Alcantara.

O Sr. Lauro Lobo Alcantara - Nobre Deputado Orlando Pessuti..

Ouvi atentamente o seu pronunciamento. Nós temos acompanhado de perto, todo o seu trabalho, no Bloco Parlamentar Agropecuário, principalmente, no que se refere à

suinocultura. Porque nós sabemos que dentre todos os produtos agropecuários, provavelmente o suíno, é aquele que mais dificuldade atravessa. É cíclica, a situação é cíclica. Em uma época o produtor paga para produzir, em outra época, quando o produto atinge preços compensadores, ele não tem o produto, e nós vemos a importação realizada de maneira sempre questionável.

Nós sempre temos nos perguntado, se isso na verdade, não é má fé, se o que acontece na verdade, não é uma política não ignorante, não uma política burra, mas uma política de má fé.

Nós não podemos admitir que no nosso País não existam estoques reguladores. Não podemos admitir, de forma alguma, que quando o produtor tem o seu produto, somente o frigorífico tenha capacidade de comprar, abater e armazenar, e o Estado, o Governo Federal não tenham condições de prover este abastecimento. O que nós não vemos é que nas entressafas as matrizes são sacrificadas. Isto nos leva, realmente, a pensar, que não é uma política burra, mas é uma política de má fé.

Eu quero parabenizar por esta posição que Vossa Excelência assume e esta é a posição de todos aqueles que realmente se preocupam com a agricultura, neste País. A agricultura tem que ser repensada. A agricultura tem que ser direcionada de maneira que o nosso produtor, principalmente o nosso pequeno produtor, e eu que vivo próximo do nosso pequeno produtor, vivo numa região onde a suinocultura é uma das alternativas de sobrevivência do nosso produtor rural, realmente nos preocupa demais.

Por isso, eu quero mais uma vez deixar aqui os meus parabéns pelo seu pronunciamento pela sua conduta e dizer que somos solidários e emprestamos, também, o nosso apoio a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -

Consulto Vossa Excelência se Vossa Excelência gostaria de usar do Horário da Liderança do PMDB, que tem cinco minutos? Então, Vossa Excelência está com o Horário do PMDB, da Liderança do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte do Deputado Lauro Lobo Alcantara e ao mesmo tempo agradeço ao nosso Líder pela concessão de mais cinco minutos para que possamos concluir nosso pronunciamento.

Senhor Presidente, diante destes questionamentos, diante de tudo o que foi aqui falado e diante daquilo que se discutiu ontem, na reunião do Bloco Agropecuário, é nossa proposta (Lê):

"1. Moção de repúdio às importações de carne suína, de origem suspeita de con-

taminação radioativa, principalmente no momento em que se comemora a Semana do Meio Ambiente.

2. Que seja acionada a Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná e Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, para as providências cabíveis, no que tange as preocupações de contaminações radioativas na carne importada, destinadas ao Paraná.

3. Que o Governo do Estado do Paraná baixe um Decreto, proibindo a entrada da carne suína importada, até que se verifique, através de exames laboratoriais especializados, as reais condições do produto, levando-se também em conta, os interesses econômicos da produção, que poderão ser afetados com a entrada no Paraná da carne importada.

4. Que a Assembléia Legislativa, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Saúde, Governo do Estado, Associação Paranaense de Suinocultores interfiram junto aos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, no sentido da obtenção de maiores esclarecimentos sobre a questão, bem como, desenvolvam ações que visem em última análise, a proteção da saúde dos consumidores e resguardar os interesses econômicos estadual dos setores envolvidos.

5. Que as bancadas do Paraná, na Câmara dos Deputados e Senado Federal, também se manifestem na defesa dos interesses de todos os paranaenses que serão sensivelmente prejudicados com tais importações.

6. Que todos se posicionem e lutem para evitar a prorrogação do prazo para importação de carne suína, especialmente com isenção de impostos."

Era isto, Sr. Presidente, o que nós tínhamos para falar. E ao final, diríamos que a partir de amanhã estaremos, a exemplo do que já fez hoje a Associação Paranaense dos Suinocultores, em contato com o Secretário de Estado, com o Governador do Estado, com as demais entidades envolvidas no setor, para que possamos, juntos, estar como nos propõe o Deputado Nereu Massignan, vigilantes, para que esta carne não chegue ao Paraná, para que outras importações não sejam autorizadas e para que, finalmente, nós possamos ter dias mais tranquilos no futuro da nossa suinocultura.

Lembramos, ainda, ao final, e não poderíamos deixar de registrar, neste nosso pronunciamento, a satisfação que tivemos ao vermos hoje, estampado nos jornais e termos assistido pela televisão e ouvido pelo rádio no dia de ontem, a manifestação dos sojicultores ocorrida no norte do Estado do Paraná, na cidade de Maringá e que está acontecendo hoje em Santa Maria (RS), amanhã em Rio Verde (GO) e posteriormente em Campo Grande (MT) e em Ribeirão Preto (SP) o movimento reivindicatório da maior

justeza porque a nossa soja vem sendo vilipendiada e seu preço por uma política cambial errada que adotou o Governo brasileiro, principalmente em cima da nossa agricultura.

São esses, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os registros que gostaríamos de fazer em nosso nome e em nome dos Deputados que integram o Bloco Agropecuário e, porque não dizer, em nome do Poder Legislativo.

O Sr. Eduardo Baggio - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento.)

Esses governos da Europa que querem nos exportar essas carnes contaminadas, possivelmente de Chernobyl, querem se desfazer desse estoque contaminado, mandando para o terceiro mundo e querendo, evidentemente, depois fazer uma importação de carne nossa não contaminada para repor este estoque que eles estão agora desovando. Portanto, essa é a maneira que querem fazer através do draw-back que eles chamam.

O SR. ORLANDO PESSUTI - É muito importante isso que o Deputado Eduardo Baggio diz, porque todos nós somos testemunhas, todo o Paraná é testemunha da missão da comunidade econômica européia que aqui compareceu em dias passados para vistoriar o Paraná no que diz respeito à febre aftosa.

Nós realmente queremos que a carne que saia daqui seja de ótima qualidade. Mas, nós queremos também ter a certeza, Sr. Presidente, que aquilo que está vindo para o Brasil, aquilo que está vindo para o Paraná tenha também uma procedência honesta, uma procedência sadia.

Nós não estamos afirmando aqui e, é bom que se diga, que o que está sendo importado está contaminado. Mas nós temos que ter essa preocupação porque no passado o Rio Grande do Sul já teve que destruir produtos que estavam contaminados.

Aqui no Paraná, leite em pó estava contaminado. E quem nos garante que aquilo que está vindo não está contaminado?

Nos provem que não está e nós iremos comer uma boa costeletinha de porco; uma boa bisteca com a maior tranquilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Esta Presidência juntamente com a Mesa Executiva gostaria de solidarizar-se com Vossa Excelência no seu pronunciamento.

Esta Presidência, com muita honra, anuncia a presença dos Vereadores de Pitanga Joel Vidal de França e Vicente Desilbasse.

No Horário das Lideranças consulto à Liderança do PL se fará uso do seu hora-



rio.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB.

Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Namiir Placentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, comunicando que a Bancada, em reunião realizada dia 06 do corrente mês, determinou, em votação unânime, que fosse o Sr. Deputado Lindolfo Júnior desligado da bancada peemedebista desta Casa. A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, comunicando o seu desligamento do PMDB. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Hermas Brandão, Edmar Luiz Costa, Ezequias Losso e José Alves, constante do expediente, solicitando seja considerado o Sr. Hermas Brandão, para todos os efeitos, integrante do Bloco Democrático Liberal Cristão Trabalhista. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, comunicando não mais pertencer à Bancada do PMDB, incorporando-se à bancada independente proposta, por entender que inexistia a partidária. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 206/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de OURO VERDE DO OESTE, sediado na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Toledo, e divisas que especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 93/86, de 03.09.86).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 058/87, de autoria dos Deputados ANTONIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE e GERNOTE KIRINUS, que cria o Município de LINDOESTE, sediada na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Cascavel, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 44/87, de 06.05.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 133/87, de autoria dos Deputados ANTONIO ANNIBELLI, DAVID CHERIEGATE e GERNOTE KIRINUS e OUTROS, que cria o Município de SANTA TERESA DO OESTE, com com território desmembrado dos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, com sede na localidade de Santa Tereza do Oeste, com as divisas que especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 77/87, de 03.08.87).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE E AMPARO À CRIANÇA - O AMANHÃ, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO DEFICIENTE FÍSICO-MENTAL DA TIA MARIA, de Curitiba. Com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/88, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO MANGUEIRENSE DO MEIO AMBIENTE, com sede e foro na cidade de Mangueirinha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 17/89, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LAR DE MENINAS DE FRANCISCO BELVA.



TRÃO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PAZ - ACDP, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 27/89, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GUARAPUAVA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 45/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 25/89), que altera os artigos 2º, 4º, 5º, o "caput" do artigo 7º e o artigo 8º, da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985. (Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, solicitando o cancelamento do regime de urgência, bem como seja retirado por três (03) sessões. - Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela ordem) Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela ordem) Sr. Presidente, requero chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Esta Presidência defere e o Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, peço o cancelamento da chamada nominal para pedir o cancelamento do Regime de Urgência e retirar por três sessões o projeto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela ordem) Eu retiro a verificação de votação nos termos do requerimento formulado pelo Deputado Lauro Lobo Alcantara.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Está em votação o requerimento formulado pelo Deputado Lauro Lobo Alcantara. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado por três (03)

sessões, o Projeto de Lei nº 45/89.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 82/89, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM PAULINO, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 89/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO BARBARA, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO DA MULHER MARINGAENSE - U.M.M., com sede e foro na cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA MARIANA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 123, de 30.11.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 330/88

P A R E C E R:

I - O Deputado Djalma de Almeida César, propõe seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Mariana, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

II- O projeto veio bem instruído, cabendo destacar os relevantes serviços prestados pela referida Associação e a significativa contribuição dada à área social do Município de Ponta Grossa.

III - Nosso parecer é favorável, pois o referido projeto atende aos requisitos da Lei Estadual nº 6994, de 10.01.78, e não viola a Constituição e as demais Leis. Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 344/88, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que denomina Rodovia José Henrique Rupp, o trecho da estrada compreendido entre o entroncamento da PR-281 ao entroncamento da PR-473, no Município de São Jorge d'Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 135, de 14.12.88).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 344/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do

nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, tem por finalidade denominar Rodovia José Henrique Rupp, o trecho da estrada compreendido entre o entroncamento da PR.281 ao entroncamento da PR-473, no Município de São Jorge d'Oeste.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Augusta Casa Legislativa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

RAUL LOPES - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 07/89, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA - AFFUC. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 146, de 11.01.89).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 007/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Rafael Greca, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários da Fundação Cultural de Curitiba - AFFUC.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 107/89, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ANO 53, com sede e foro na cidade de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no DA. nº 31, de 03.05.89)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 107/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública

a Associação Ano 53, com sede e foro na cidade de Londrina.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 25.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 110/89, de autoria do Deputado NEIVO BERALDIN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM WEISÓPOLIS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 110/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO JARDIM WEISÓPOLIS, com sede e foro em Piraquara, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Amigos do Jardim Weisópolis, sito à Rua Rio Madeira, s/n, no Jardim Weisópolis, no bairro de Pinhais, em Piraquara, PR, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, dentro de suas finalidades estatutárias, presta à comunidade do seu bairro, gratuitamente, promoções dos mais variados segmentos.

Conforme relatório das atividades realizadas no exercício de 1988, em anexo, constata-se que a diretoria da Associação sempre se preocupou com o bem-estar, ou seja, a conquista de melhores condições de vida para seus moradores, como: aumentar o percurso da linha de ônibus circular, entrega de tickets de leite às crianças carentes, aquisição de remédios para doar aos mais necessitados, bem como a aquisição de caixões funerários, cadeiras de roda, solicitaram ainda a dragagem do Rio Atuba e maior segurança em seu bairro, tendo sempre em vista o interesse comum dos moradores do Jardim Weisópolis.

A documentação que acompanha o presente projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das normas legais exigidas na legislação vigente.

Nas condições expostas, é que apresen-

tamos o referido projeto, esperando contar com o apoio e posterior anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 110/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Weisópolis, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 10.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/89, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS, que concede aos Técnicos de Controle e Consultores Técnicos do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado, verba de representação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

PROJETO DE LEI Nº 115/89

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Aos ocupantes dos cargos de Técnico de Controle e Consultor Técnico do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado, previstos na Lei nº 8746, de 25 de março de 1988, fica assegurada a percepção de verba de representação, na base de 80% (oitenta por cento) sobre os vencimentos e a eles incorporada para todos os efeitos legais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 115/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, é encaminhado a esta Casa conforme ofício nº 363/89, pelo seu ilustre Presidente, tem por objetivo conceder aos Técnicos de Controle e Consultores Técnicos do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, verba de representação.

Esta doughta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar, de con-

formidade com o Art. 49 do Regimento Interno desta Casa, vem a se manifestar favoravelmente a esta presente proposta, por entender que inexistente impedimento quanto ao aspecto legal ou regimental.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 115/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, é encaminhado a esta colenda Casa conforme ofício nº 363/89, pelo seu ilustre Presidente, tem por objetivo conceder aos Técnicos de Controle e Consultores Técnicos do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas, verba de representação.

Esta doughta Comissão de Finanças, ao ser chamada a opinar, de conformidade com o Art. 49 do Regimento Interno desta Casa, vem a se manifestar favoravelmente a esta pendente até que se filie em outra agreg existe impedimento quanto ao aspecto financeiro da mesma.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.89.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 115/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em questão, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na pessoa de seu ilustre Presidente, Conselheiro Antônio F. Rüppel, e encaminhado a esta colenda Casa, conforme Ofício nº 363/89, tem por objetivo conceder aos Técnicos de Controle e Consultores Técnicos do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado, verba de representação.

No aspecto financeiro, a proposta encontra apoio da Comissão de Finanças, por inexistir qualquer óbice que possa prejudicar o trâmite normal da mesma pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

A doughta Comissão de Recursos Humanos, ao ser chamada a opinar, conforme Resolução nº 21/75, art. 2º, vem a se manifestar favoravelmente à presente proposta, seguindo o mesmo entendimento da Comissão de Finanças.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

- Em votação.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Tão logo seja anunciado o resultado. Em discussão. Votação. Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) A sua verificação a Mesa defere e será feita a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal)

31 Srs. Deputados presentes. Está aprovado o projeto.

Sobre a mesa, requerimento de nº 1106, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1110, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1115, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1118, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1107, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1113, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1112, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1111, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1116, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1119, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1122, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 1114, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1125, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Antes que eu encerre a sessão plenária de hoje, nós gostaríamos de registrar a presença neste Poder Legislativo do Vice-Prefeito Municipal de Jardim Alegre e Presidente do PMDB daquela cidade, Senhor Natal Pessuti, e também registrar com satisfação a visita que tivemos a instantes atrás neste Plenário, do Capelão deste Poder Legislativo, Cidadão Honorário de Curitiba e do Paraná, Padre Gustavo Henrique Pereira, que muito nos orgulhou a sua visita.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar também a presença do Prefeito da Cidade de Matinhos, Francisco C. dos Santos, e aproveitar a oportunidade também para cumprimentá-lo pela excelente direção nos trabalhos na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Muito obrigado, Deputado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 121/86, 273, 336 e 351/88, 17, 26, 27, 82 e 89/89.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 330 e 344/88, 07, 107, 110 e 115/89.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 07 DE JUNHO DE 1989

#### BLOCO PARLAMENTAR AGROPECUÁRIO NA DEFESA CONSTANTE DA AGROPECUÁRIA PARANAENSE

O Bloco Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná esteve reunido, na data de 06.06.89, para debater questões relacionadas com a importação de

#### DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

Através de informações obtidas junto à CACEX-SP e Delegacia Federal da Agricultura no Paraná, existem 52 pedidos de importações (já autorizados) - conforme relação anexa. Tais importações perfazem um total de 18.769 toneladas de carne suína.

Os produtos a serem importados (carne sem osso / pernil com osso/ toucinho / pele / presunto / paleta / etc), darão entrada no Brasil, pelo Porto de Santos - SP e também pelo Porto de Paranaguá-PR.

Conforme resolução da CONCEX, tais importações gozam de Isenção de Impostos, da ordem de 30%.

Também informações verificadas levam a crer que os supermercados e indústrias do setor de carne, estariam pressionando o Governo, no sentido de que houvesse a prorrogação do prazo para ...??..., antes fixado em até 31.05.89.

Espera-se que dentro de pouco mais de uma semana, já estejam sendo desembarcadas no Porto de Paranaguá 90 toneladas de carne suína, importadas da Finlândia.

De posse de tais informações, o Bloco Parlamentar Agropecuário levanta os seguintes questionamentos e preocupações:

1. A carne a ser importada da Finlândia e outros países vizinhos não poderia estar contaminada com radiações no recente episódio nuclear de Chernobyl?

1.1. Há quanto tempo esta carne está estocada nas câmaras frias?

1.2. O milho e demais alimentos componentes das rações que foram utilizadas na alimentação dos animais, foram produzidos onde e quando?

2. A isenção de 30% nos impostos de importação a quem beneficiam? Tendo em vista que não haverá preços compensadores a nível de consumidores?

3. Quando dará entrada no Brasil toda carne importada?

4. Por que os supermercados e as indústrias estão pressionando para que haja a dilatação do prazo?

5. Quantas guias, a mais, de importação de carne suína, foi ou estarão dando entrada na CACEX?

6. Caso hajam aumentos no volume das importações e protelação da chegada do produto no Brasil, pode acontecer que a carne dê entrada no País no auge da oferta de carne, da produção nacional, tendo em vista que o setor suinícola tem se estruturado para um aumento de produção, motivados pelos preços recebidos pelos produ-

tores no mercado interno. Se isto ocorrer novamente, o setor produtivo será desestabilizado.

7. No momento em que os preços de venda do milho e da soja (para a exportação) estão muito aquém do esperado pelos agricultores, jamais poderiam ser admitidas importações de carne, semelhante ao fato em ocorrência.

8. Mais uma vez, fica claro que a falta de uma política de estoques reguladores tem sua influência negativa no quadro em apreço.

De posse destes questionamentos, o Bloco Parlamentar Agropecuário propõe.

1. Moção de repúdio às importações de carne suína, de origem suspeita de contaminação radioativa, principalmente no momento em que se comemora a Semana do Meio Ambiente.

2. Que seja acionada a Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná e Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, para as providências cabíveis, no que tange às preocupações de contaminações radioativas na carne importada, destinadas ao Paraná.

3. Que o Governo do Estado do Paraná baixe um Decreto, proibindo a entrada da carne suína importada, até que se verifique, através de exames laboratoriais especializados, as reais condições do produto, levando-se também em conta os interesses econômicos da produção, que poderão ser afetados com a entrada no Paraná de carne importada.

4. Que a Assembléia Legislativa, Secretaria da Agricultura e Secretaria da Saúde, Governo do Estado, Associação Paranaense de Suinocultores, interfiram junto aos Ministérios da Agricultura e da Fazenda, no sentido da obtenção de maiores esclarecimentos sobre a questão, bem como, desenvolvam ações que visem em última análise, a proteção da saúde dos consumidores e resguardar os interesses econômicos estadual dos setores envolvidos.

5. Que as bancadas do Paraná na Câmara dos Deputados e Senado Federal, também se manifestem na defesa dos interesses de todos os paranaenses, que serão sensivelmente prejudicados com tais importações.

6. Que todos se posicionem e lutem para evitar a prorrogação do prazo para importação de carne suína, especialmente com isenção de impostos.

Curitiba, 06 de junho de 1989

(a) Deputado ORLANDO PESSUTI

Coordenador

(assinaturas de diversos Srs. Deputados)

## IMPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA - MAIO/89

FONTE DE INFORMAÇÃO	ORIGEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	IMPORTADOR
D.F.A. - Paraná	U.S.A. Canadá			Frig. Central de Maringá Pr.
D.F.A. - Paraná	Finlândia	90 Toneladas		Perdigão-SC
CACEX - SP	Argentina	300 Toneladas	Toucinho	Frig. Marba Ltda-S.B. Campo
CACEX - SP	Argentina	20 Toneladas	Toucinho	Frig. Campinas Ltda-S.B. Campo
CACEX - SP	Argentina	20 Toneladas		Frig. Bordon
CACEX - SP	Argentina	02 Toneladas	Presunto cru s/ osso	Marrocos - Comércio e Importação e Exportação - S. Paulo
CACEX - SP	Argentina	17 Toneladas	Toucinho	Frig. Campinas Ltda - S.B. Campo
CACEX - SP	Dinamarca	42 Toneladas	Paleta cong.	Frig. Anglo-S. Paulo
CACEX - SP	Canadá	88 Toneladas	Paleta	Irmãos Russi - Jundiaí - S.P.
CACEX - SP	Dinamarca	420 Toneladas	Pernil c/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	França	620 Toneladas	Pernil c/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Canadá	94 Toneladas	Carne s/ osso	Com. Ind. Carnes Floresta - S.P.
CACEX - SP	Hungria	1000 Toneladas	Carcaça cong.	Swift Armour - S. Paulo
CACEX - SP	Hungria	550 Toneladas	Carcaça	Frig. Bordon
CACEX - SP	Argentina	60 Toneladas	Carne s/ osso	Frig. Campinas Ltda - S.B. Campo
CACEX - SP	Dinamarca	44 Toneladas	Toucinho	Frig. Campinas Ltda - S.B. Campo
CACEX - SP	Dinamarca	29 Toneladas	Carne cong.	Martini
CACEX - SP	Dinamarca	15 Toneladas	Carne s/ osso	Martini
CACEX - SP	Dinamarca	14,5 Toneladas	Carne s/ osso	Martini
CACEX - SP	Suécia	1060 Toneladas	Carne s/ osso	Prime Meat
CACEX - SP	Dinamarca	400 Toneladas	Carne s/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Dinamarca	500 Toneladas	Carne s/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Argentina	20 Toneladas	Carne s/ osso	Frig. Campinas Ltda - S. B. Campo
CACEX - SP	Suécia	14 Toneladas	Toucinho	Frig. Anglo - S. Paulo
CACEX - SP	Suécia	12 Toneladas	Pele	Frig. Anglo - S. Paulo
CACEX - SP	Argentina	20 Toneladas	Carne s/ osso	Frig. Campinas Ltda - S. B. Campo
CACEX - SP	Argentina	20 Toneladas	Presunto	
CACEX - SP	Dinamarca	56 Toneladas	Retalhos de Paleta	Frig. Anglo - S. Paulo
CACEX - SP	República Democrática			
CACEX - SP	Alemanã	100 Toneladas	Carne s/ osso	Prime Meat
CACEX - SP	Dinamarca	15 Toneladas	Carne s/ osso	Frig. Martini
CACEX - SP	França	120 Toneladas	Carne s/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Dinamarca	500 Toneladas	Carne s/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Finlândia	1000 Toneladas	Carcaça cong.	DUB - Com Importação - Piracicaba
CACEX - SP	Holanda	90 Toneladas	Carne s/ osso	Frig. Bordon
CACEX - SP	Argentina	20 Toneladas	Carne s/ osso	Frig. Campinas Ltda - S. B. Campo
CACEX - SP	Canadá	35 Toneladas	Carcaça cong.	Frig. Anglo - S. Paulo
CACEX - SP	Canadá	40 Toneladas	Carcaça cong.	Frig. Anglo - S. Paulo
CACEX - SP	Canadá	300 Toneladas	Carne c/ osso	Frigobrás - Toledo - Pr.
CACEX - SP	Republica Democrática			
CACEX - SP	Alemanã	5000 Toneladas	Carcaça c/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	França	1195 Toneladas	Pernil c/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Dinamarca	60 Toneladas	Toucinho	Frig. Martini - S. Paulo
CACEX - SP	Dinamarca	500 Toneladas	Pernil c/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Dinamarca	700 Toneladas	Paleta s/ osso	
CACEX - SP			Pernil s/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Canadá	220 Toneladas	Pernil c/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Dinamarca	200 Toneladas	Carne s/ osso	Prime Meat - Ind. Com. Import.
CACEX - SP				Export. - Cajamar - S. Paulo
CACEX - SP	Dinamarca	800 Toneladas	Carne s/ osso	Prime Meat - Ind. Com. Import.
CACEX - SP				Export. - Cajamar - S. Paulo
CACEX - SP	Dinamarca	140 Toneladas	Carne s/ osso	Bon Buf - Vinhedo
CACEX - SP	Dinamarca	140 Toneladas	Carne s/ osso	Bon Buf - Vinhedo
CACEX - SP	Canadá	330 Toneladas	Pernil c/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Canadá	400 Toneladas	Paleta s/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Canadá	440 Toneladas	Paleta c/ osso	Sudamisa - Cia Ind. Alimentos - MT
CACEX - SP	Suécia	14,5 Toneladas	Carne	Frig. Martini